

# O que o Atlas da Violência no Campo revela sobre as taxas de homicídio na Amazônia Legal

Estudo realizado pelo Ipea mostra que as especificidades territoriais fazem com que a região esteja propensa a apresentar maiores taxas de violência no campo

So a Reinach e Amanda Pimentel  
4 de agosto de 2020

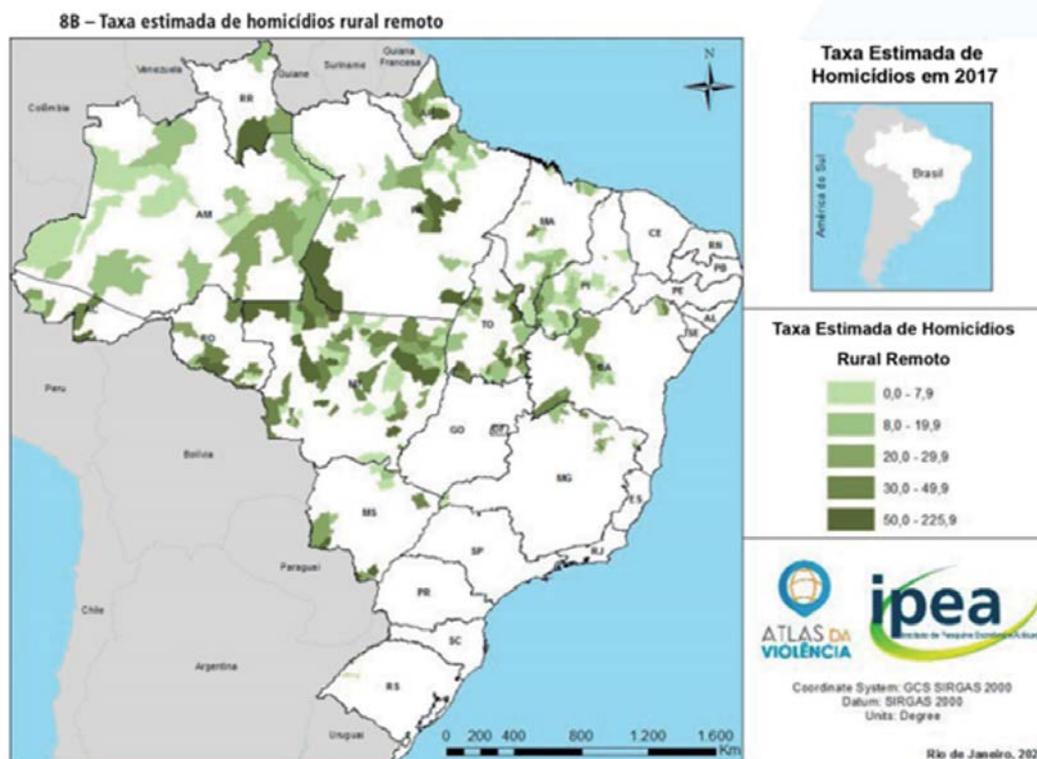
OP VERDE BRASIL/17



Região Norte apresenta o maior número absoluto de municípios rurais remotos e o maior contingente populacional destes municípios, unidades de conservação e territórios indígenas

Recentemente, foi lançado pelo IPEA o “Atlas da Violência no Campo no Brasil: Condicionantes Socioeconômicos e Territoriais” [1], que traz informações inéditas sobre a violência em áreas rurais no Brasil. Além de apresentar uma série de dados de homicídios nessas regiões, o estudo se dedica a pensar o fenômeno da violência a partir do contexto específico em que essas áreas foram historicamente formadas no país: através da forte exploração econômica do uso da terra e dos recursos naturais, da concentração de propriedades e renda nas mãos de grupos econômicos majoritários e das violações de direitos de populações tradicionais, em especial comunidades indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais. Apesar de ser uma publicação nacional, é possível realizar uma leitura do Atlas com foco nos estados brasileiros que compõem a chamada “Amazônia Legal”.

O documento demonstra que municípios do Norte, Nordeste e do litoral brasileiro, rurais ou urbanos, apresentam os maiores índices de violência letal do país. Na região Norte, que abrange a maior parte dos estados da Amazônia Legal e que registra junto com o Nordeste as maiores taxas de homicídio do país, os estados de Roraima (33,84), Rondônia (23,90), Acre (23,27), Tocantins (22,32) e Pará (21,02) se destacaram com as maiores taxas de homicídio por cem mil habitantes em municípios rurais.



Ademais, a região Norte apresenta também o maior número absoluto de municípios rurais remotos e o maior contingente populacional residente nestes municípios, além do maior número de unidades de conservação e de territórios indígenas do país. Esta última informação ganha maior relevo na publicação através da categoria “especificidades territoriais”, que abriga além das unidades de conservação (UCs) e territórios indígenas (TIs), territórios quilombolas (TQs) e projetos de assentamentos de reforma agrária (PAs). No Brasil, a taxa mediana de homicídios variou 51,77% entre 2007 e 2017. Nas áreas não rurais a variação foi de 40,65% e nas áreas rurais, 75,45%. As áreas com especificidades tiveram variação maior que as áreas sem especificidade, como mostra a tabela abaixo.

**Medidas-resumo da distribuição da taxa de homicídios municipal e variação na média e mediana, segundo especificidades territoriais – Brasil (2007 e 2017)**

Especificidades territoriais	2007					2017					Variação % (2007/2017)	
	Número	Mínimo	Mediana	Média	Máximo	Número	Mínimo	Mediana	Média	Máximo	Mediana	Média
Brasil	5.564	0	13	17,51	160,64	5.564	0	19,73	26,06	224,62	51,77	48,83
Tipologia												
Não rurais	2.202	0	16,85	21,71	148,5	2.202	0	23,7	31,43	184,52	40,65	44,77
Rurais	3.362	0	9,45	14,76	160,64	3.362	0	16,58	22,54	224,62	75,45	52,71
TQs												
Sem TQs	5.231	0	12,86	17,36	160,64	5.231	0	19,27	25,53	224,62	49,84	47,06
Com TQs	333	0	16,07	19,88	101,44	333	0	28,49	34,41	171,17	77,29	73,09
TIs												
Sem TIs	5.051	0	12,39	16,82	160,64	5.051	0	18,83	25,28	222,63	51,98	50,3
Com TIs	513	0	19,32	24,32	138,19	513	0	28,34	33,81	224,62	46,69	39,02
Assentamentos												
Sem assentamentos	3.225	0	10,67	15,6	160,64	3.224	0	15,88	22,19	222,63	48,83	42,24
Com assentamentos	2.339	0	15,68	20,15	148,5	2.340	0	26,3	31,4	224,62	67,73	55,83
UCs												
Sem UCs	4.908	0	12,69	17,09	160,64	4.861	0	19,12	25,49	222,63	50,67	49,15
Com UCs	656	0	15,61	20,7	127,5	703	0	22,53	30,03	224,62	44,33	45,07

Fontes: CGIAE/SVS/MS (<<http://svs.aids.gov.br/dantps/cgiae>>); SIM/MS (<<http://svs.gov.br/dantps/cgiae/sim>>); e IBGE (2017; 2019).  
Elaboração: Diest/Ipea.

O documento apresenta uma análise por *clusters*, em que os municípios que possuem essas especificidades territoriais foram comparados com os municípios que não os possuem. Eles foram divididos em dois grupos com o objetivo de verificar se nessas áreas ocorre aumento da violência letal: Grupo 1 (sem especificidades territoriais) e Grupo 2 (com especificidades territoriais). O Grupo 1, embora composto majoritariamente por municípios do Sul e Sudeste do país, teve como cidades mais violentas aquelas localizadas na região Norte (23 municípios), Centro-Oeste (88 municípios) e Nordeste (348), do total de 1.547 cidades rurais incluídas nesse grupo. O Grupo 2, por sua vez, apresentou predominância da região Nordeste, com cerca de 49% das cidades do grupo, mas os municípios rurais do Centro-Oeste e do Norte figuraram como os mais violentos, de um total de 1.815 municípios. Este grupo registrou as maiores taxas de homicídios e acima da mediana nacional, 18,68 por 100 mil habitantes contra 15,44 da mediana nacional.

Assim, as taxas mais altas de homicídios foram localizadas no Grupo 2, que contém todos os territórios indígenas, todos os assentamentos rurais e todas as unidades de conservação, além de todos os territórios quilombolas, com a exceção de um único município que não pertence ao grupo. Em todos os casos, os municípios com especificidades territoriais apresentaram mediana da taxa de homicídios maior que a mensurada para os municípios que não as possuem. Em todas as especificidades, a diferença ao longo do tempo foi maior para os municípios com pelo menos um PA, seguido daqueles que possuem TIs, TQs e, por último, daqueles que possuem pelo menos uma UC. Vale ressaltar também que os municípios deste grupo possuem, em geral, os piores indicadores de oportunidades educacionais, laborais e de vulnerabilidade à pobreza juvenil.

Por fim, o estudo realizou uma análise a partir de modelos de regressão utilizando a média da taxa de homicídios entre 2010 e 2017, a média do PIB real agropecuário entre 2010 e 2016 e um conjunto de variáveis *dummies* que caracterizam especificidades territoriais dos municípios, além de indicadores socioeconômicos e demográficos extraídos do Censo Demográfico 2010. Levando em consideração a análise mais completa em que todas as variáveis são incluídas e o modelo de controle para os efeitos fixos de cada UF, alguns resultados chamam atenção. As características socioeconômicas dos municípios, tais como taxa de crianças vulneráveis à pobreza, taxa de desemprego juvenil, taxa de fecundidade na adolescência, densidade demográfica e PIB, têm significativa influência nas taxas de homicídio. Já em relação às especificidades territoriais, os resultados variam. O modelo não encontrou correlação entre a existência de UCs e QIs e taxas de homicídio. No entanto, os municípios que possuem PAs ou TIs têm maiores chances de possuírem taxas de homicídios elevadas. Por fim, pertencer à Amazônia Legal é um fator de aumento do risco de violência letal, porém não tão significativo. Enquanto estar na Amazônia Legal e possuir uma alta taxa de desflorestamento, aumenta significativamente o risco de o município apresentar maior taxas de homicídio.

Dessa forma, o estudo nos revela, por diferentes métodos, que as especificidades territoriais da área da Amazônia Legal, somado às suas características socioeconômicas, faz com que a região esteja propensa a apresentar maiores taxas de violência no campo.

#### **So a Reinach**

Mestre em Administração Pública pela EAESP-FGV e consultora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

#### **Amanda Pimentel**

Mestre em teoria do estado e direito constitucional pela PUC-Rio e pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

---

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjuh-hi3nj-iyxs-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-76dju-pjg68-sjpp6-urnqf-yg5si-ohcr8-mn44j>

